

Sistema de ministérios pode ter sido invadido

GOVERNO

PF e Abin apuram ação hacker

Ministério da Gestão alerta para "incidente grave de segurança". Problema afeta nove pastas, além da Casa da Moeda e do Coaf

* EVANDRO ÉBOLI

A Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) investigam uma possível ação de hacker contra o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) Multi-órgão de nove ministérios, da Casa da Moeda e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O SEI é um sistema responsável pelo andamento eletrônico de processos administrativos de várias pastas e de diversos órgãos do governo e foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), cuja sede é no Rio Grande do Sul.

Os ministérios alvos de possíveis ações de invasores cibernéticos foram: Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Fazenda; Povos Indígenas; Planejamento e Orçamento; Previdência Social; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Igualdade Racial e Mulheres; do Empreendedorismo e da Microempresa; e da Empresa de Pequeno Porte.

Boletim interno

O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) fez circular internamente, ontem, um boletim interno apontando a ocorrência de um "incidente grave de segurança cibernética", que atingiu, terça-feira, a partir das 11h, essas pastas e órgãos. O Correio teve acesso ao boletim interno da pasta, com o carimbo de "urgente" e intitulada "Incidente de TI" (tecnologia da informação), emitido pela Secretaria de Serviços Compartilhados do ministério (veja o comunicado na imagem ao lado).

As equipes estão atuando para assegurar que os dados estejam íntegros e seguros. Ainda não há previsão para a conclusão

do reparo", informa a mensagem compartilhada pelos meios internos dos ministérios.

O MGI solicitou aos funcionários que "diante da situação, busquem soluções alternativas para não ter paralisação de nenhum processo ou procedimento urgente" e "informem todos os casos em que os computadores estejam sem acesso à internet".

Procurado pelo Correio, o MGI informou que divulgaria uma nota pública, na qual confirmou que houve um "incidente de segurança cibernética" — embora a classificação "grave" não estivesse presente, diferentemente do boletim interno. A pasta diz que o incidente se restringiu ao SEI Multi-órgão e algumas funcionalidades do Processo Eletrônico Nacional.

Diz ainda que o SEI dos demais órgãos não foi afetado, assim como os serviços ofertados ao cidadão por meio do gov.br — que permite às pessoas irar certidões e obter documentos, inclusive em órgãos públicos das unidades da Federação.

Na PF, o episódio deve ficar a cargo da Diretoria de Crimes Cibernéticos. A corporação acompanha o caso e está instruindo a equipe do MGI, mas ainda não instaurou nenhum procedimento formal sobre o episódio.

Este é o segundo ataque sofrido por sistemas do governo federal. Em abril, piratas cibernéticos invadiram o Sifa, sistema de administração financeira usado na execução de pagamentos. Gestor da ferramenta, Tesouro Nacional reforçou a segurança, sobretudo por meio de várias checagens dos usuários habilitados a operar o sistema e autorizar pagamentos.

Na invasão do Sifa, os hackers tentaram movimentar cerca R\$ 9 milhões do orçamento do MGI.

Reprodução/redes sociais

URGENTE

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Secretaria de Serviços Compartilhados

nº 41

24 jul 2024

Incidente de TI

Informamos que, em virtude de um incidente grave de segurança cibernética, por volta das 11 horas do dia de ontem, 23 de julho de 2024, várias soluções tecnológicas do ColaboraGov se encontram indisponíveis, tais como o SEI Multi-órgão (MGI, MF, MP, MPO, MDIC, MEMP, MPS, MIR, MMULHERES, CMB e COAF), o CompartilhaServiços (CITSuair), algumas funcionalidades do sistema Contratos.gov.br, dentre outros. As equipes estão atuando para assegurar que os dados estejam íntegros e seguros. Ainda não há previsão para a conclusão do reparo.

Diante da situação, pedimos que busquem soluções alternativas para não ter paralisação de nenhum processo ou procedimento urgente.

Solicitações de serviços de TIC podem ser registradas pelo telefone 0800-041-0911 (Central TI). Pedimos que informem todos os casos em que os computadores estejam sem acesso à internet e procurem utilizar outra máquina que tenha acesso.

Enviaríamos outro boletim com informações no início da tarde. Vamos manter a comunicação intensiva pelos meios oficiais até a resolução do incidente.

Agradecemos a compreensão.

MGI adverte para o fato de que "equipes estão atuando para assegurar que os dados estejam íntegros e seguros"

Empresa explica apagão no Windows

* PEDRO JOSÉ*

A empresa de cibersegurança CrowdStrike, responsável pelo apagão cibernético global no último dia 19, divulgou, ontem, um relatório apontando o real motivo do incidente que fez vários aplicativos deixarem de funcionar durante horas e prejudicar até mesmo a movimentação dos aeroportos em várias partes do planeta.

Segundo a CrowdStrike, o erro ocorreu em um "bug" (uma

paralisação) no mecanismo que verifica a qualidade de atualizações. Isso afetou a atualização do software de segurança no sistema operacional Windows, fornecido pela Microsoft.

A falha foi responsável pelo chamado "erro da tela azul" (ou blue screen of death em inglês). Trata-se de uma imagem exibida pelo Windows quando o sistema operacional encontra um problema que o impede de continuar funcionando normalmente.

De acordo com a CrowdStrike,

"essas atualizações são uma parte regular dos mecanismos de proteção dinâmica da plataforma Falcon (...) que resultou em uma falha do sistema Windows". O incidente gerou consequências financeiras para a empresa de segurança, que viu suas ações na bolsa de valores de Nova York despencarem cerca de 25% após o apagão — uma perda de mais de US\$ 10 bilhões.

A Microsoft afirmou que cerca de 8,5 milhões de computadores foram afetados pelo

» Aumento nas ações de pirataria

Em apenas seis meses deste ano, houve o maior número de incidentes cibernéticos em sistemas do governo federal desde 2020. As informações são do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (CTIR), do governo federal. São classificados como incidentes cibernéticos invasões por piratas, vazamento de dados, e-mails com vírus ou outro tipo de conteúdo malicioso ou a criação de páginas falsas. Segundo o levantamento do CTIR, até 1º de julho houve 4,7 mil incidentes cibernéticos — mais do que o dobro que em 2023. Na comparação com 2020, até 1º de julho daquele ano foram 4,4 mil incidentes.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grech

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 6